



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

034. PROVA OBJETIVA

ANALISTA JURÍDICO

PROCURADOR MUNICIPAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** A Constituição Federal determina que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- (A) legislar sobre propaganda comercial.
 - (B) instituir diretrizes sobre produção e consumo.
 - (C) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
 - (D) proteger e integrar socialmente as pessoas portadoras de deficiência.
 - (E) proteger a infância e a juventude.
- 02.** Ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, a Constituição Federal garante o direito à propriedade e assegura sua função social, princípios repetidos na Ordem Econômica e Financeira. Dessa forma, é correto afirmar que
- (A) o direito à propriedade é absoluto e liberal, ou de abstenção tradicional.
 - (B) a função social da propriedade exige do proprietário uma conduta em prol dos interesses de seu titular.
 - (C) à propriedade urbana é facultado atender as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, para cumprir sua função social.
 - (D) a propriedade rural escolherá atender a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis ou a preservação do meio ambiente para cumprir sua função social.
 - (E) o direito à propriedade é relativo e condicionado ao atendimento de sua função social.
- 03.** No que diz respeito ao conteúdo e cumprimento dos Direitos Humanos, doutrinadores e o Supremo Tribunal Federal defendem que uma sociedade pautada na defesa de direitos tem como primeira consequência reconhecer
- (A) o direito a ter direitos, uma prerrogativa básica que se qualifica como fator de viabilização dos demais direitos e liberdades.
 - (B) o automatismo na sociedade de direitos, bastando anunciar um direito para que a proteção incida mecanicamente.
 - (C) que os direitos humanos são um rol amplo e fechado, prescindindo de ponderação ou sopesamento dos valores envolvidos.
 - (D) que a seara jurídica dos direitos humanos não é o mundo de conflitos, tampouco de estabelecimento de limites, preferências e prevalências.
 - (E) que os direitos humanos somente podem ser implementados de maneira ativa e positivada para a promoção da dignidade humana.
- 04.** Ao tratar da Educação, a Constituição Federal estipula que
- (A) os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
 - (B) os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
 - (C) a educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.
 - (D) a União aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios quinze por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
 - (E) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e a União vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- 05.** Nos termos do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, a respeito do Mandado de Segurança, é correto afirmar que
- (A) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
 - (B) controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.
 - (C) compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.
 - (D) o Procurador-Geral da Justiça não tem legitimidade para propor ação direta interventiva por inconstitucionalidade de Lei Municipal.
 - (E) pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.

06. Considere a seguinte situação hipotética: No município de Itapevi, a contratação de profissionais da área da saúde está condicionada à proibição de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais.

Nos termos da jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, essa condicionante

- (A) é inconstitucional, uma vez que inexistente tal requisito na Constituição Federal e o município não pode criar restrições para o acúmulo remunerado de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área da saúde.
- (B) é constitucional, porque o servidor deve gozar de boas condições físicas e mentais para o desempenho de suas atribuições, e cabe à Administração Pública estabelecer administrativamente o máximo de horas trabalhadas para esse fim, apenas com relação aos profissionais da área da saúde.
- (C) é constitucional se o município estabeleceu previamente essa limitação, por meio de lei ordinária, especificamente para os profissionais da área da saúde.
- (D) somente será inconstitucional se não houver legislação estadual prevendo tal limitação das horas de trabalho, no acúmulo remunerado de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área da saúde.
- (E) que impossibilita a acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde, quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais, obedece ao princípio da eficiência da Administração Pública.

07. Assinale a alternativa que reproduz texto de Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
- (B) Mesmo com amparo em investigação ou sindicância, não é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- (C) O Ministério Público não tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, decorrentes da prestação de serviço público.
- (D) A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- (E) Não cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.

08. A respeito dos institutos da delegação e da avocação de competência, assinale a alternativa correta.

- (A) A delegação decorre do poder discricionário; e a avocação, do poder disciplinar.
- (B) A competência admite a renúncia, desde que autorizada por ato do superior hierárquico.
- (C) O ato de delegação, uma vez publicado no diário oficial, é irrevogável.
- (D) Podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.
- (E) É admitida, em caráter excepcional, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

09. O Município de Itapevi é integrante de um consórcio público na área da saúde. E, verificando a necessidade de contar com mais recursos humanos nessa área, o Município pretende contratar esse mesmo Consórcio para colaborar na gestão de estabelecimento de saúde na Municipalidade. Segundo a legislação pátria, essa pretendida contratação

- (A) poderá ser feita, nos termos da lei, dispensada a licitação.
- (B) poderá ser feita, exigida autorização por lei específica, por inexigibilidade de licitação.
- (C) poderá ser feita por meio de convênio, exigida a concorrência pública.
- (D) não poderá ser feita, pois os Municípios não podem terceirizar a gestão da saúde.
- (E) não poderá ser feita, em razão de o Município ser integrante do próprio Consórcio.

10. Assinale a alternativa correta a respeito das sociedades de economia mista e empresas públicas.
- (A) Sociedade de economia mista é Pessoa Jurídica de Direito Público, constituída por capital público e privado, sendo maior a parte do capital público, e somente poderá ser constituída na forma de Sociedade Anônima.
 - (B) Somente por lei específica poderá ser criada empresa pública e autorizada a instituição de sociedade de economia mista.
 - (C) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são empresas estatais, isto é, sociedades empresariais em que o Estado tem controle acionário e que compõem a Administração Direta.
 - (D) Empresa pública é Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por capital exclusivamente público, e poderá ser constituída em qualquer uma das modalidades empresariais.
 - (E) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado por meio de uma empresa pública só será permitida quando não houver empresa privada atuando na mesma área.
11. A respeito da desapropriação, é correto afirmar que
- (A) é forma secundária de aquisição da propriedade.
 - (B) a desapropriação indireta enseja juros compensatórios desde a perda da posse.
 - (C) é vedada por lei a desapropriação por zona.
 - (D) a declaração de utilidade pública deve ser feita, em regra, por meio de lei.
 - (E) a imissão provisória na posse é concedida com o depósito de 50% do valor da avaliação provisória.
12. A organização social "ABC" é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, foi constituída e se encontra em funcionamento regular há 3 (três) anos, e pretende qualificar-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para atuar na área de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias alternativas. Conforme estabelece a Lei nº 9.790/1999, é correto afirmar, nessa situação, que a organização social "ABC"
- (A) não poderá qualificar-se como OSCIP, em razão de ser uma organização social.
 - (B) poderá qualificar-se como OSCIP na área pretendida, tendo em vista que ela atende a todos os requisitos legais.
 - (C) não poderá qualificar-se como OSCIP, uma vez que, na área pretendida, não é permitida a atuação desse tipo de organização.
 - (D) poderá qualificar-se como OSCIP na área pretendida, assim que completar 5 (cinco) anos de atuação como organização social.
 - (E) não poderá qualificar-se como OSCIP, uma vez que é pessoa jurídica, sem fins lucrativos.
13. Artemis é funcionária pública e foi designada para atuar num processo administrativo instaurado contra Diana, regido pela Lei nº 9.784/1999. Porém Artemis está litigando em um processo judicial contra o cônjuge de Diana. Nessa situação, segundo o disposto nessa Lei, é correto afirmar que Artemis
- (A) deve abster-se de atuar no referido processo, apenas se a causa em litígio judicial tratar do mesmo assunto do processo administrativo.
 - (B) deve abster-se de atuar no referido processo, por impedimento legal, mas não tem a obrigação de comunicar o fato à autoridade competente.
 - (C) deve abster-se de atuar no referido processo, por impedimento legal, e deve comunicar o fato à autoridade competente, sob pena de cometer falta grave.
 - (D) poderá atuar, regularmente, no referido processo, desde que comunique previamente a autoridade competente sobre a existência do litígio judicial.
 - (E) poderá atuar, regularmente, no referido processo, uma vez que o litígio judicial não se constitui em impedimento legal, nesse caso.
14. Segundo o direito brasileiro, na hipótese de um servidor público responder a um processo-crime por conduta que também seria uma falta funcional, é correto afirmar que, na esfera de responsabilidade administrativa, o servidor
- (A) não responderá administrativamente na hipótese de a sentença criminal o absolver por insuficiência de provas.
 - (B) terá afastada a sua responsabilidade administrativa se a sentença criminal decretou a ausência de culpabilidade penal.
 - (C) responderá na esfera de responsabilidade administrativa independentemente da decisão do juízo criminal.
 - (D) não responderá na esfera administrativa seja qual for o fundamento da decisão criminal.
 - (E) não responderá na esfera administrativa se a sentença penal o absolveu por fundamento de ausência de materialidade.

15. No que diz respeito ao local de aplicação da lei, nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A sucessão por morte ou ausência obedece à lei do país de origem do defunto ou desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- (B) Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- (C) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei brasileira.
- (D) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que residir o proponente, ainda que diversa do local onde situados os bens.
- (E) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que ele for celebrado, independentemente do local de residência das partes.

16. Assinale a alternativa que corresponde, em regra, às características do direito da personalidade.

- (A) Absoluto, imprescritível, inato e vitalício.
- (B) Intransmissível, renunciável, absoluto e inalienável.
- (C) Extrapatrimonial, o exercício pode sofrer limitação voluntária, absoluto e alienável.
- (D) Vitalício, transmissível, absoluto e inalienável.
- (E) Inato, absoluto, vitalício e prescritível.

17. No que diz respeito às disposições gerais do negócio jurídico, é correto afirmar que

- (A) a renúncia ao negócio jurídico interpreta-se estritamente.
- (B) os negócios jurídicos benéficos interpretam-se amplamente.
- (C) quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem e não for necessária a declaração de vontade expressa, o silêncio importa em negativa.
- (D) em regra, a validade da declaração da vontade depende de forma especial.
- (E) em regra, a capacidade relativa de uma das partes deve ser invocada pela outra em benefício próprio, sob pena de prescrição.

18. Miguel e Thais firmaram um contrato de compra e venda de um automóvel, sem direito de arrependimento, no qual restou estipulado que, além da entrega de uma moto, a título de sinal, Miguel pagaria 6 (seis) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a Thais. Depois de pagos o sinal e duas parcelas, Miguel deixa de executar a sua parte do contrato.

Diante do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) O sinal dado por Miguel tem função unicamente indenizatória.
- (B) Thais não pode pedir indenização suplementar, ainda que prove que teve maior prejuízo.
- (C) Thais pode exigir a execução do contrato, com as perdas e os danos, valendo a moto como o mínimo da indenização.
- (D) Miguel pode exigir a devolução da moto com juros e atualização monetária.
- (E) Thais apenas pode reter a moto e ter o contrato por desfeito.

19. A respeito da formação dos contratos, assinale a alternativa correta.

- (A) A proposta é obrigatória se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.
- (B) Pode revogar-se a oferta pela mesma via de sua divulgação, ainda que não ressalvada esta faculdade na oferta realizada.
- (C) Considera-se aceita a proposta se, antes dela ou com ela, chegar ao proponente a retratação do aceitante.
- (D) A aceitação fora do prazo importará nova proposta.
- (E) Em regra, os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é recebida pelo proponente.

20. Renata é proprietária de um terreno na área rural de um município no Estado de São Paulo. Com dificuldades financeiras, decide conceder a Marcelo o direito de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

Essa situação hipotética trata de uma hipótese do direito real de

- (A) servidão.
- (B) uso.
- (C) usufruto.
- (D) habitação.
- (E) superfície.

21. Todo imóvel objeto de título a ser registrado deve estar matriculado no Livro nº 2 – Registro Geral – obedecido o disposto na Lei de Registros Públicos – Lei nº 6.015/1973. No que diz respeito ao registro de imóveis, assinale a alternativa correta.
- (A) Quando dois ou mais imóveis contíguos pertencentes ao mesmo proprietário, constarem de matrículas autônomas, pode ele requerer a fusão destas em uma só, com o número da primeira delas, encerrando-se a segunda.
 - (B) Não será cancelada a matrícula quando, em virtude de alienações parciais, o imóvel for inteiramente transferido a outros proprietários.
 - (C) A matrícula de registro de imóvel poderá ser cancelada apenas por decisão judicial.
 - (D) Se, na certidão de registro, houver a existência de ônus, o oficial não poderá efetuar a matrícula do imóvel.
 - (E) Podem ser unificados, com abertura de matrícula única, dois ou mais imóveis contíguos objeto de imissão provisória na posse registrada em nome da União, Estado, Município ou Distrito Federal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

22. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. A respeito da tutela provisória cabe asseverar que
- (A) a tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
 - (B) na tutela cautelar antecedente, o réu será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
 - (C) a tutela de evidência será concedida, quando se tratar de pedido repristinatório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
 - (D) o indeferimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.
 - (E) o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória, desde que requeridas pela parte favorecida e de menor onerosidade ao devedor.

23. A petição inicial é o ato processual através do qual o autor concretiza o seu direito de ação, observando-se que
- (A) deverá nela constar, como requisito, a indicação da fundamentação legal do pedido apresentado.
 - (B) a deficiência da qualificação do Réu gera o seu indeferimento, ainda que possível a citação do réu.
 - (C) constatada a ausência de seus requisitos, o juiz deverá intimar o autor, para que, no prazo de 10 (dez) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
 - (D) nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de financiamento de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.
 - (E) será instruída com os documentos e as declarações de testemunhas indispensáveis à propositura da ação, sob pena de indeferimento.
24. As questões de fato controvertidas da demanda devem ser dirimidas através do conjunto probatório constante dos autos, e, nesse sentido, é certo que
- (A) as partes têm o direito de empregar todos os meios pragmáticos, teleológicos ou legais, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
 - (B) caberá ao juiz, desde que haja requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
 - (C) o juiz não deve indeferir quaisquer que sejam as diligências requeridas pelas partes, sob pena de ofensa à ampla defesa.
 - (D) o juiz valorará a prova constante dos autos, vinculando-a ao sujeito que a tiver promovido, de modo que a prova produzida por uma parte não aproveite a adversa.
 - (E) o juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

- 25.** A apelação, como regra, é o recurso idealizado pelo legislador processual civil para impugnar a sentença definitiva ou terminativa. A respeito da apelação, assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas quando o seu julgamento for não unânime, reformando a sentença, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores.
 - (B) A decisão judicial que não comportar agravo de instrumento, proferida durante o trâmite do processo, desde que tenha ocorrido protesto por parte do sucumbente, poderá ser suscitada em preliminar de apelação.
 - (C) O pedido de concessão de efeito suspensivo à apelação que ordinariamente não o tenha, poderá ser formulado pelo apelante por requerimento dirigido ao tribunal, no período compreendido entre a sua interposição e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame preventivo para julgá-la.
 - (D) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal unicamente o conhecimento deste último.
 - (E) Quando o seu resultado reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição e a causa estiver madura, o tribunal determinará o retorno do processo ao juízo de primeiro grau para análise imediata do mérito.
- 26.** A ação rescisória visa atacar a coisa julgada material, sendo certo que
- (A) é cabível a sua propositura, com base em violação de norma jurídica, contra decisão baseada em enunciado de súmula que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
 - (B) o Ministério Público tem legitimidade para o seu ajuizamento, quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de concussão das partes, a fim de fraudar a lei.
 - (C) a sua petição inicial deverá ser instruída com o depósito de 3 (três) por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
 - (D) não será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça a nova propositura da demanda originária.
 - (E) o relator ordenará a citação do réu, o qual deverá contestar a ação no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 27.** Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, foram criados para processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos. Sobre o procedimento dos Juizados em pauta, é correto afirmar que
- (A) quando a pretensão do autor versar sobre obrigações vincendas, para fins de sua competência, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder o valor referido no enunciado desta questão.
 - (B) podem figurar como réus os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.
 - (C) são de sua competência as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis, desde que observado o valor de alçada.
 - (D) no foro onde estiver instalado, a sua competência é relativa, podendo o autor optar por ajuizar a ação na Vara da Fazenda Pública.
 - (E) se a Fazenda Pública sucumbir no mérito, haverá reexame necessário.
- 28.** No que diz respeito ao recurso de embargos de declaração, assinale a alternativa correta.
- (A) Podem ser aviados para suprir omissão, contra sentença que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos aplicável a lide por ela resolvida.
 - (B) São incabíveis para corrigir erro material.
 - (C) Não serão admitidos novos embargos de declaração se o anterior houver sido considerado protelatório.
 - (D) Se o seu acolhimento implicar em modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de alterar suas razões, no prazo de 10 (dez) dias, contado da intimação do seu julgamento.
 - (E) Possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de outro recurso cabível contra a decisão embargada.

29. Assinale a alternativa correta a respeito do inquérito civil.

- (A) É inquisitório e, por isso, não incidem as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa durante a instrução do inquérito civil.
- (B) A multa e a indisponibilidade de bens são exemplos de sanções aplicáveis aos investigados no âmbito do inquérito civil.
- (C) É procedimento administrativo inquisitório e facultativo, de titularidade do Ministério Público e dos demais legitimados à propositura da ação civil pública.
- (D) É instrumento pré-processual e se constitui em condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público.
- (E) Não pode ser sigiloso nem tem o condão de suspender prazos decadenciais ou de prescrição.

30. “Esse princípio preza pela observação e conhecimento do conteúdo e não somente da forma, já que essa não deve aniquilar aquela.”

O princípio do processo civil coletivo mencionado é, doutrinariamente, chamado de princípio

- (A) da instrumentalidade das formas.
- (B) da indisponibilidade.
- (C) da não taxatividade.
- (D) do impulso oficial.
- (E) do amplo acesso à Justiça.

31. Segundo o que dispõe expressamente a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre que ofereça risco de acidente à pessoa com deficiência

- (A) não poderá ser aprovada pelos órgãos públicos municipais, e aqueles já existentes deverão ser eliminados ou substituídos.
- (B) deverá ser submetida às adaptações arquitetônicas necessárias para que sejam eliminados os respectivos riscos.
- (C) dependerá, para a sua aprovação pelos órgãos públicos municipais, de laudo técnico de engenheiro que ateste o baixo risco de acidentes.
- (D) deverá ser submetida à perícia técnica, a ser elaborada por perito da Prefeitura Municipal, antes de ser aprovada pelo órgão municipal competente.
- (E) pode ser feita, mas deverá incluir a sua indicação mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

32. Nos termos da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão, dentre outras, a incumbência de

- (A) baixar normas complementares para o seu sistema de ensino, respeitada a legislação federal e as demais normas atinentes à matéria.
- (B) formular ações inovadoras na área educacional de modo a permitir aos seus alunos o acesso dos mais modernos sistemas de ensino, nacionais ou estrangeiros.
- (C) informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre os problemas gerados por má conduta dos respectivos alunos.
- (D) notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.
- (E) estabelecer ações destinadas a promover, a partir do segundo grau escolar, a livre manifestação cultural, religiosa e política dentro dos estabelecimentos de ensino.

33. Durante o atendimento médico de um idoso num estabelecimento de saúde do Município, o profissional de saúde constatou sinais que o levaram a suspeitar que o idoso estaria sofrendo de violência física. Nessa situação, a Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso – estabelece que

- (A) o profissional de saúde nada poderá fazer a não ser que o próprio idoso confirme os maus tratos e faça pedido de providências por escrito.
- (B) o caso será objeto de notificação compulsória à autoridade sanitária e também deve ser comunicado a quaisquer dos órgãos competentes indicados na lei.
- (C) o estabelecimento deverá mandar abrir o inquérito policial competente para apuração da autoria da violência contra o idoso.
- (D) o profissional deverá comunicar o juiz competente e reter o idoso até que haja autorização judicial para liberá-lo ao parente ou responsável legal.
- (E) deve o profissional prestar o regular serviço de saúde e, em seguida, obter uma declaração por escrito do idoso de que não está sofrendo violência antes de liberá-lo.

34. Assinale a alternativa que contempla hipótese de concessão de liminar que não é vedada pela Lei do Mandado de Segurança.
- (A) A compensação de créditos tributários.
 - (B) A reclassificação ou equiparação de servidores públicos.
 - (C) A entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
 - (D) A suspensão da cobrança de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
 - (E) A concessão de aumento ou a extensão de vantagens a servidores públicos.
35. Herculano era proprietário de um terreno que foi considerado subutilizado pelo Município, tendo sido devidamente notificado pela Prefeitura para cumprir com a obrigação legal de edificação ou utilização compulsória do imóvel. No entanto, logo em seguida, ao regular recebimento da notificação, Herculano veio a falecer, transmitindo seu imóvel a Medusa, sua única herdeira.
- Nessa situação hipotética, segundo o disposto na Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade –, é correto afirmar que
- (A) ainda que a notificação tenha sido averbada no Cartório de Registro de Imóveis, Medusa não estará obrigada a cumprir com a obrigação, que não se transmite com a herança.
 - (B) não é necessária a averbação da notificação no Cartório de Registro de Imóveis, mas Medusa terá que cumprir com a obrigação legal, que se transmite com a herança.
 - (C) o Município deve averbar a notificação no Cartório de Registro de Imóveis e Medusa estará obrigada a cumprir com a obrigação imposta antes do falecimento de Herculano.
 - (D) a averbação não precisa ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis, mas Medusa não estará vinculada à exigência da Prefeitura, pois, no momento da imposição da obrigação, ela não era proprietária do imóvel.
 - (E) Medusa deverá cumprir com a obrigação, mas terá o benefício da interrupção do prazo para o seu cumprimento por 1 (um) ano, por ter recebido o imóvel por transmissão *causa mortis*.
36. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os requisitos mínimos estabelecidos pelo Código Tributário Nacional e fixará, para impugnação pelos interessados de quaisquer de tais requisitos, prazo não inferior a
- (A) 15 dias.
 - (B) 30 dias.
 - (C) 60 dias.
 - (D) 120 dias.
 - (E) 180 dias.
37. Pertence aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios. No que se refere ao imposto em questão, é correto afirmar que suas alíquotas mínimas são fixadas
- (A) pela Constituição Federal.
 - (B) por lei complementar.
 - (C) pelo Senado Federal.
 - (D) por lei ordinária estadual.
 - (E) por decreto legislativo.
38. De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, a responsabilidade do espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão, é tida como
- (A) de terceiros.
 - (B) pessoal.
 - (C) subjetiva.
 - (D) subsidiária.
 - (E) solidária.
39. No que se refere às garantias e privilégios do crédito tributário, presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. Nesse sentido, é correto afirmar que tal presunção
- (A) ocorre a partir da notificação do débito ao sujeito passivo.
 - (B) ocorre a partir da distribuição da execução fiscal para cobrança do débito.
 - (C) ocorre a partir da citação em sede de execução fiscal.
 - (D) é absoluta.
 - (E) é relativa.

40. Assinale a alternativa que está em consonância com o Código Tributário Nacional acerca da administração tributária.
- (A) A legislação tributária regula em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação, não se aplicando aos contribuintes que gozem de imunidade ou isenção de caráter pessoal.
 - (B) Para efeitos da legislação tributária, aplicam-se as disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros dos empresários, salvo a obrigação destes de exibi-los.
 - (C) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização deverá lavrar os termos necessários para que se documente o início do procedimento independentemente da fixação de prazo para conclusão de tais diligências.
 - (D) Não é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informações acerca do sujeito passivo ou de terceiros, quando se tratar, dentre outras hipóteses, de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa, parcelamento ou moratória.
 - (E) É permitido o intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, independentemente de processo regularmente instaurado, desde que a entrega seja feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
41. Determina o Código Tributário Nacional que a autoridade competente para aplicar a legislação tributária, na ausência de disposição expressa, aplique, sucessivamente pela ordem, a analogia;
- (A) a equidade; os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário.
 - (B) os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; a equidade.
 - (C) os princípios específicos de direito tributário; a equidade; os princípios gerais de direito público.
 - (D) a equidade; os princípios específicos de direito tributário; os princípios gerais de direito público.
 - (E) os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a equidade.
42. No que se refere às taxas cobradas pela utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, é correto afirmar que tais serviços consideram-se
- (A) efetivamente utilizados pelo contribuinte quando por ele usufruídos a qualquer título.
 - (B) potencialmente utilizados pelo contribuinte, quando, sendo de utilização compulsória, por ele usufruídos a qualquer título.
 - (C) específicos, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
 - (D) divisíveis, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades específicas.
 - (E) indivisíveis quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à disposição do contribuinte mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
- DIREITO FINANCEIRO**
43. Para efeitos do que dispõe a Lei Complementar nº 101/00, as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento integram
- (A) a dívida pública consolidada.
 - (B) a dívida mobiliária.
 - (C) o refinanciamento da dívida mobiliária.
 - (D) a concessão de garantia.
 - (E) a contragarantia.
44. Conforme disposto na Lei nº 4.320/64, no que se refere à execução orçamentária, o controle interno quanto à legalidade dos atos que resultem a arrecadação da despesa ou realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos; o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços, é exercido diretamente pelo
- (A) Poder Legislativo.
 - (B) Poder Executivo.
 - (C) Ministério da Economia.
 - (D) Conselho de Controle de Atividades Financeiras.
 - (E) Banco Central do Brasil.

45. Com base na Lei nº 9.504/1997, assinale a alternativa que apresenta conduta vedada aos agentes públicos em período eleitoral.

- (A) Ceder ou usar bens móveis ou imóveis pertencentes a Município, para qualquer fim, em benefício de candidato, partido político ou coligação.
- (B) Ceder servidor público do Poder Executivo para partido político durante o período de campanha eleitoral, salvo se o servidor estiver licenciado.
- (C) Fazer, nos seis meses que antecedem o pleito, pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito.
- (D) Realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos municipais que excedam à média dos gastos com publicidade do ano que antecede o pleito.
- (E) Conceder, nos 9 (nove) meses que antecedem à realização das eleições, na circunscrição do pleito, aumento ou revisão geral da remuneração aos servidores públicos.

46. A respeito da propaganda partidária, assinale a alternativa correta.

- (A) Gastos com publicidade indireta, ainda que destinada à conquista de votos, não são considerados gastos eleitorais.
- (B) Será permitida propaganda política paga no rádio e na televisão, desde que preservada a isonomia entre os concorrentes.
- (C) Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos.
- (D) A veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares pode ser realizada, devendo a remuneração pela prestação do serviço obedecer aos limites fixados pela Justiça Eleitoral.
- (E) A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto, depende de licença prévia da polícia.

47. Nos termos do que disciplina a Lei Orgânica do Município de Itapevi, assinale a alternativa correta.

- (A) As sessões da Câmara destinadas a deliberar sobre a cassação de mandato de Prefeito ou de Vereador serão secretas e reservadas aos Vereadores.
- (B) Nas sessões legislativas extraordinárias, a Câmara Municipal deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, e o pagamento de parcela indenizatória deverá ser feito na proporção de 50% (cinquenta por cento) a mais do que o valor do subsídio mensal.
- (C) As reuniões e a administração da Câmara Municipal serão dirigidas por uma Mesa, eleita em votação pública para um mandato de um ano, permitida a recondução para o mesmo cargo por igual período.
- (D) As Comissões Permanentes da Câmara não detêm competências para realizar audiências públicas ou solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
- (E) No exercício de suas atribuições, as comissões especiais de inquérito, por meio de qualquer um dos seus membros, poderão determinar diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Secretários ou outras autoridades municipais.

48. João, que atualmente está com 62 (sessenta e dois) anos de idade, foi aposentado no serviço público municipal, em que era ocupante de cargo isolado, pois à época da aposentadoria apresentava um problema de saúde que não lhe permitia desempenhar com presteza, suas atribuições. Passados seis meses da data da aposentadoria, a Administração Pública, após verificação em procedimentos médicos de que não mais subsistiam os motivos que determinaram a aposentadoria, de ofício e atendendo ao interesse público, reingressou João no serviço público, utilizando o dispositivo chamado reversão. No caso, e conforme previsto na Lei nº 223/1974, é correto afirmar que

- (A) João somente poderá ser reintegrado no cargo anteriormente ocupado.
- (B) a reversão de ofício poderá ser feita em qualquer cargo de remuneração superior ao da aposentadoria.
- (C) João não poderá ser revertido à atividade, pois está com mais de 60 (sessenta) anos de idade.
- (D) João, por ter sido revertido de ofício, somente poderá ocupar um cargo a ser promovido por merecimento.
- (E) por ter sido revertido de ofício, poderá requerer nova aposentadoria após 2 (dois) anos de trabalho.

49. De acordo com a Lei Ordinária nº 2.437/2017, coordenar as ações de transparência passiva no âmbito municipal compete à

- (A) Diretoria de Controle de Administração e Finanças.
- (B) Corregedoria Geral do Município.
- (C) Diretoria de Promoção da Integridade.
- (D) Diretoria de Auditoria Interna.
- (E) Ouvidoria do Município.

50. A Lei Complementar nº 96/2018 disciplina que está habilitado à Progressão Horizontal o servidor municipal que

- (A) houver exercido as atribuições do cargo pelo interstício de 04 (quatro) anos no grau e nível em que se encontra e ter adquirido a estabilidade.
- (B) não possuir, durante o interstício, mais de 20 (vinte) ausências ao serviço e ter adquirido a estabilidade no cargo.
- (C) não possuir, durante o interstício mais de 25 (vinte e cinco) ausências ao serviço e ser estável no cargo.
- (D) houver obtido 03 (três) desempenhos superiores à média do Grupo Ocupacional a que pertença, consideradas as 05 (cinco) últimas avaliações de desempenho.
- (E) tiver contra si, no período de interstício, apenas uma aplicação de pena de repreensão aplicada em função de atitude de insubordinação no serviço.

